

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 53.107 - SP (2017/0018281-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : HELENA RIBEIRO CORDULA ESTEVES E OUTRO(S) - SP205951
RECORRIDO : MARCIA TIMOTHEO DO AMARAL
RECORRIDO : DORA SILVIA PREVATTO ALFIERI
RECORRIDO : MARILZA ELAINE FERRARI PEREIRA
ADVOGADOS : FABRICIO HERNANI CIMADON - SP213182
LUIS FRANCISCO FURTADO DUARTE - SP220672
ANGELA CAROLINA SONCIN - SP254859

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO ATACADOS. INCIDÊNCIA ANALÓGICA DAS SUMULAS 283 E 284 DO STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo contra acórdão do TJPI, assim ementado (fls. 106):

MANDADO DE SEGURANÇA ATO JUDICIAL NEGATIVA DE SEGUIMENTO, PELO RELATOR, A AGRAVO INTERNO (ART. 544 DO CPC) INTERPOSTO CONTRA V. ACÓRDÃO DA CÂMARA ESPECIAL DE PRESIDENTES, COM FULCRO NA VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 3º DO ASSENTO REGIMENTAL 397/2011 INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA NA DECISÃO IMPUGNADA AGRAVO QUE, ADEMAIS, JÁ HAVIA SIDO INTERPOSTO PELA IMPETRANTE E CONVERTIDO EM AGRAVO REGIMENTAL, JULGADO PELA CÂMARA ESPECIAL DE PRESIDENTES, NÃO SE PODENDO INTERPOR NOVAMENTE O MESMO RECURSO CONTRA DECISÃO DE NATUREZA DIVERSA - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA JULGAMENTO DO "MANDAMUS" - INICIAL INDEFERIDA.

Em suas razões, o recorrente sustenta ser de rigor a concessão da ordem, para o fim de ser determinado o processamento do recurso especial interposto pela recorrente, uma vez que a que a existência de prescrição do fundo de direito das supostas diferenças decorrentes da conversão em URV dos vencimentos de servidores não foi apreciada no julgamento do Resp 1.101.726/SP, submetido ao rito dos repetitivos, utilizado como fundamento para inadmitir o recurso especial na origem.

O MPF opinou pelo não conhecimento do recurso, em razão da incidência da Súmula 283/STF (fls. 178/183).

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que o Tribunal de origem denegou a segurança, mediante os seguintes fundamentos (fls. 108/110):

No caso sob exame, não se verifica, desde logo, a existência de direito líquido e certo.

Isso porque, embora o "writ" se volte contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso interposto contra Acórdão da Câmara Especial

Superior Tribunal de Justiça

de Presidentes, ante a vedação expressa contida no art. 3º do Assento Regimental 397/2011 desta E. Corte ("Os julgamentos da Câmara Especial de Presidentes poderão ser realizados de forma virtual (RESOLUÇÃO Nº 549/2011), e de suas decisões não caberá recurso."), a autora claramente requer a reapreciação de seu Recurso Especial pelo C. STJ, como se depreende do excerto acima transcrito, o que evidentemente não se coaduna com o conteúdo do ato inquinado de coator.

Note-se que o Relator do caso negou seguimento ao agravo interno da impetrante porque o Acórdão agravado não permitia recurso. A decisão está fundada em previsão normativa deste Tribunal, não havendo qualquer teratologia no ato judicial sob análise a autorizar sua revisão.

O "decisum" que impediu a subida do Recurso Especial da Fazenda, em verdade, foi o Acórdão proferido pela Câmara Especial de Presidentes, o qual não é objeto do presente mandado de segurança (muito embora seja decisão judicial não passível de recurso).

Apenas diante desses fatos já se percebe o descabimento do "mandamus" no caso concreto.

Porém, sem prejuízo, vale registrar que o agravo interno que a autora busca fazer chegar ao STJ é recurso inábil para tanto.

Com efeito, os documentos carreados aos autos permitem concluir que já fora interposto um agravo interno do art. 544 do CPC, contra a decisão do I. Presidente da Seção de Direito Público que havia negado seguimento ao REsp da Fazenda -impetrante.

Tal agravo foi convertido em agravo regimental ante a existência de precedente do STJ, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, contrário ao pleito da recorrente. E o agravo regimental foi julgado improvido pela Câmara Especial de Presidentes.

Sem entrar no mérito de sua fundamentação sobre a subsunção do caso ao precedente indicado pela Presidência do Direito Público (inclusive porque o ato judicial ora em debate não trata da questão), é certo que, se a decisão que desafia o agravo do art. 544 do CPC é aquela proferida monocraticamente pelo Presidente da Seção negando seguimento a Recurso Especial ou Extraordinário, não há falar em cabimento desta mesma espécie de agravo contra decisão colegiada que manteve decisão monocrática de não admissão de REsp ou RE.

Destarte, por qualquer ângulo que se analise, a inicial deste mandado de segurança deve ser indeferida de plano, ante a inexistência dos requisitos legais necessários para prosseguimento da demanda.

Diante de todo o exposto, nos termos do art. 10, caput, da Lei 12.016/09, deve ser INDEFERIDA A INICIAL e JULGADO EXTINTO o presente mandamus.

No presente recurso em mandado de segurança, o recorrente deixa de impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, limitando-se a defender que o Resp Repetitivo 1.101.726/SP não tem o condão de obstar o seguimento do seu recurso especial ao STJ, posto que não tratou da matéria atinente à prescrição, objeto da insurgência recursal.

Em razão disso, incide ao caso, por analogia, os óbices dos enunciados n. 283 e 284 da Súmula do STF, segundo os quais: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" e "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA. RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado por policiais militares do Estado da Bahia, contra ato omissivo do Governador do Estado da Bahia, Secretário de Administração do Estado da Bahia e Comandante da Polícia Militar do Estado da Bahia objetivando pagamento do adicional de periculosidade.

2. Nas razões do Recurso Especial, os recorrentes sustentam apenas que a periculosidade da atividade policial é fato notório, não necessitando de prova pericial para determinar a necessidade ou não do pagamento do referido adicional.

3. **A fundamentação utilizada pelo Tribunal a quo para firmar seu convencimento não foi inteiramente atacada pelos recorrentes e, sendo apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.**

4. Ainda que fosse superado tal óbice, a irresignação não mereceria prosperar, porquanto nos termos da jurisprudência do STJ, "a aferição do direito postulado pelos Impetrantes demanda dilação probatória, o que é incabível no mandado de segurança. Nesses termos, ainda que a legislação assegure aos Impetrantes o direito à percepção do adicional de periculosidade, somente após comprovado que, de fato, exercem suas funções em condições perigosas, e apenas após o processamento do pleito nos termos do art. 6º do Decreto nº 9.967/06, é que eventualmente nascerá o direito líquido e certo à obtenção da mencionada gratificação.", bem como, "o Decreto n. 9.967/2006, dentre os requisitos necessários ao pagamento da vantagem de periculosidade, prevê a existência de laudo atestando 'o exercício de condições de insalubridade e periculosidade, indicando, quando cabível, o grau de risco correspondente' (art. 6º, caput)." (respectivamente, RMS 55.620/BA, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe 9.3.2018 e RMS 56.434/BA, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 15.5.2018).

5. Com efeito, na via do Mandado de Segurança, a prova do pretendido direito deve ser pré-constituída, uma vez que não se admite a dilação probatória nesta via de rito especial.

6. Dada a ausência de prova pré-constituída das alegações dos recorrentes, forçoso o reconhecimento da ausência de direito líquido e certo a ser amparado nesta via mandamental.

7. Recurso em Mandado de Segurança não provido (RMS 59.404/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 16/04/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

2. Pelo princípio da dialeticidade, impõe-se à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido.

3. Incidem as Súmulas 283 e 284 do STF, em aplicação analógica, quando não impugnado fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido, sendo considerada deficiente a fundamentação do recurso.

4. Agravo desprovido (AgInt no RMS 58.200/BA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/11/2018)

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

